

SEXISMO, CIÊNCIAS HUMANAS E AS POTENCIALIDADES DO PENSAMENTO FEMINISTA

Patrícia da Silva Santos (UFPA)¹

O fato de que o pensamento lógico possa ser realizado apenas por meio do pênis parece ser um axioma inextirpável da medicina vulgar.

(Hilde Domin)

RESUMO: Este texto apresenta uma discussão acerca do caráter sexista das ciências, em geral, e das ciências humanas, mais especificamente, ao mesmo tempo em que busca sublinhar o papel do pensamento feminista na desconstrução do ideal de universalidade dos postulados científicos. Com base em perspectivas teóricas críticas e feministas, a intenção é expor a dominação masculina inerente à ciência, a despeito de suas pretensões de universalidade. O objetivo geral consiste em compreender por que é importante a atuação das mulheres nas ciências humanas, a despeito da linguagem científica ter sido historicamente moldada com base em um princípio masculino.

PALAVRAS-CHAVE: Ciências humanas. Sexismo. Universalidade. Feminismo.

SEXISM, HUMAN SCIENCES AND THE POTENTIALITIES OF FEMINIST THOUGHT

ABSTRACT: This text presents a discussion about the sexist character of science, in general, and of the human sciences, in particular, and seeks at the same time to highlight the role of feminist thought in deconstructing the supposed universality of scientific postulates. Based on critical and feminist theoretical perspectives, the intention is to expose male domination inherent to science, despite its claims to universality. The general goal consists in understanding why the protagonism of women in human sciences is important, despite the fact that scientific language has historically been shaped by a masculine principle.

KEYWORDS: Human sciences. Sexism. Universality. Feminism.

EL SEXISMO, LAS CIENCIAS HUMANAS Y LAS POTENCIALIDADES DEL PENSAMIENTO FEMINISTA

RESUMEN: Este texto presenta una discusión a cerca del carácter sexista de las ciencias, en general, y de las ciencias humanas, en particular, al mismo tiempo en que busca subrayar el papel del pensamiento feminista en la desconstrucción del ideal de universalidad de los postulados científicos. Con base en perspectivas teóricas críticas y feministas, la intención es exponer la dominación masculina inherente a la ciencia, no obstante sus pretensiones de universalidad. El objetivo general consiste en comprender por que es importante la actuación de las mujeres en las ciencias humanas, a pesar del lenguaje científico haber sido moldeado históricamente por un principio masculino.

PALABRAS CLAVE: Ciencias humanas. Sexismo. Universalidad. Feminismo.

¹ Professora adjunta da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: patricia215@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A ciência moderna construiu-se sob o manto da neutralidade. É como se tal esfera de saber tivesse alcançado um ponto de observação que jamais conhecimento algum havia logrado conquistar: o ponto de onde se pode contemplar, dissecar e classificar o universo. Nesse sentido, acostumamo-nos a pensar a ciência como uma linguagem puramente objetiva, universalmente válida, isenta de padrões de subjetividade, limpa de qualquer traço individualizante; nessa perspectiva, mundo objetivo e suas representações imaginárias via ciência coincidiriam com exatidão inquestionável. As humanidades contribuíram muito para essa percepção, inicialmente, por meio do pensamento filosófico.

Os pensadores iluministas foram os primeiros a disseminar ideais de liberdade, igualdade, fraternidade e emancipação universais que tinham como parâmetro fundamental a razão. Como afirmam Adorno e Horkheimer, na ciência moderna “nada mais pode ficar de fora, porque a simples ideia do ‘fora’ é a verdadeira fonte da angústia...” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 29).

O postulado baconiano da *una scientia universalis* é, apesar de todo o pluralismo das áreas de pesquisa, tão hostil ao que não pode ser vinculado, quanto a *mathesis universalis* de Leibniz à descontinuidade. A multiplicidade das figuras se reduz à posição e à ordem, a história ao facto, as coisas à matéria. Ainda de acordo com Bacon, entre os primeiros princípios e os enunciados observacionais deve subsistir uma ligação lógica unívoca, medida por graus de universalidade (idem, 1985, p. 20).

Contudo, nessa pretensão de universalidade, não levamos em conta que a própria razão que conhecemos possui a dominação como elemento constitutivo. Interesses, disputas, cisões também pontuam, de um extremo ao outro, o conhecimento racionalmente elaborado.

O que denominamos universo é repleto de fissuras historicamente produzidas – porém, fortemente enraizadas e ideologicamente mascaradas – que lastreiam relações de dominação de classe, de raça, de gênero. Nossa ciência, ao menos essa que conhecemos no mundo tal como o processo civilizatório ocidental configurou, está impossibilitada de ser universal, justamente porque a razão burguesa², embora disfarce de universalidade suas perspectivas parciais, é feita de domínio, repressão e submissão do múltiplo à classificação idêntica a si

² Emprego a concepção conforme a interpretação de Gabriel Cohn ao lidar com as aporias presentes na obra *Dialética do esclarecimento*, enquanto reflexão que não abre mão de se constituir como uma “crítica racional à razão”: “Deve portanto interrogar a razão respeitando todas as suas exigências intrínsecas, sem no entanto perder de vista que, sob a capa da razão sem mais, efetivamente está em cena a sua forma historicamente dominante, a razão burguesa.” (COHN, 1998, p. 5)

mesma. Os conceitos científicos e filosóficos, ainda que se apresentem sob a “pretensão de validade universal”, carregam um inexorável caráter excludente, que é, ao mesmo tempo, sexista, geracional, racial e classista: esses conceitos, desde Platão e Aristóteles, “refletiam com a mesma pureza as leis da física, a igualdade dos cidadãos plenos e a inferioridade das mulheres, das crianças e dos escravos” (Idem, p. 35 – tradução modificada).

Nessa reflexão, sem abandonar o pensamento científico (por isso o caráter aporético), gostaria de lidar com alguns de seus elementos regressivos e autodestrutivos do ponto de vista específico de uma de suas fissuras constitutivas: o da dominação masculina. A razão e a ciência moderna se pautaram na expulsão das mulheres.

No caso da razão, como bem articula Jeanne Marie Gagnebin ao lidar com textos filosóficos clássicos, a filosofia ocidental se esforçou, primeiro, por estabelecer uma coerência discursiva para as mulheres a fim de, em um segundo passo, excluí-las de “outros tipos de palavras” – em especial, a palavra própria ao discurso racional e lógico (GAGNEBIN, 2005, p. 45). Nesse sentido, vinculadas à natureza, ao sentimento, à emoção e às sombras, as mulheres não estariam aptas a filosofar.

Por sua vez, ao refletir especificamente sobre a ciência moderna, a pensadora feminista Silvia Federici (2004) argumenta que um de seus aspectos não problematizados é precisamente o fato de que essa forma racional de explicar os fenômenos se construiu com base na perseguição de mulheres que mobilizavam conhecimentos populares e tradicionais para atuarem como parteiras, médicas, detentoras de conhecimentos químicos para a fabricação de perfumes e medicamentos; em suma, mulheres que operavam como bruxas:

Com a perseguição à curandeira popular, as mulheres foram expropriadas de um patrimônio de saber empírico, relativo a ervas e remédios curativos, que haviam acumulado e transmitido de geração a geração, uma perda que abriu o caminho para uma nova forma de cercamento: o surgimento da medicina profissional, que, apesar de suas pretensões curativas, erigiu uma muralha de conhecimento científico indisputável, inacessível e estranha para as “classes baixas” (FEDERICI, 2017, p. 364).

Mas, afinal, qual a importância das mulheres cientistas, em geral, e nas humanidades, em particular, se a própria linguagem científica é, por princípio histórico e fundante, sexista? Por que as mulheres deveriam mobilizar para elaborar, compreender e dizer o mundo humano e social uma linguagem historicamente construída, de maneira autoritária e pautada na dominação, pelos homens?

A questão é complexa, mas adianto que procuro elaborá-la com base em uma perspectiva próxima daquela pensada por autores como Adorno e Horkheimer, que tão taxativamente denunciaram a falácia da universalidade da razão. Nesse sentido, do mesmo modo que, ao desnudar o nexos fatídico entre mito e esclarecimento, tais autores indicavam que “a liberdade na sociedade é inseparável do pensamento esclarecedor” e que, portanto, “se o esclarecimento não acolhe dentro de si a reflexão sobre esse momento regressivo, ele está selando seu próprio destino” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 13), penso que, se as mulheres não se dedicarem à ciência, estarão abrindo mão de qualquer utopia emancipatória possível à razão científica.

E, do ponto de vista do pensamento crítico, qualquer perspectiva de emancipação deve incorporar, necessariamente, a diferença, o múltiplo, o diverso e ambivalente que o processo desencantamento do mundo trabalhou para extirpar.

2 CIÊNCIA E SEXISMO

Pontuarei um pouco melhor o caráter sexista da ciência moderna.

No âmbito da teoria social – com o qual melhor me familiarizo – aquela suposta universalidade da ciência costuma ser veiculada por vozes quase exclusivamente masculinas. É nesse sentido que, por exemplo, todos os clássicos da sociologia são homens (de todo modo, o caráter sexista das ciências humanas vale para todas as outras disciplinas que a constituem, o que pode ser observado nas ementas que compõem seus currículos, nas quais os homens são a maioria absoluta). Quando os discentes de ciências sociais, por exemplo, são apresentados às teorias que elaboraram as transformações operadas pelo mundo moderno advindas de processos capitalistas, mecanismos de racionalização burocrática, diferenciação social e individualização oriundas da divisão do trabalho, urbanização, secularização, constituição dos Estados modernos etc., isso é feito com base em uma visão de mundo masculina – que, em um quiproquó, é exposta de maneira objetiva, neutra, “universal”. Embora homens e mulheres tenham participado de modos muito distintos desses processos históricos, estes aparecem como se fossem igualitários, universais, assexuados.

Ao opor-se a essa maneira de articular a conformação da sociedade civil, Carole Pateman denuncia uma das facetas do sexismo constitutivo do processo de formação do mundo moderno por meio de uma leitura feminista do contrato social. Essa autora argumenta que o estabelecimento do “indivíduo universal” instituiu a sociedade civil e determinou uma

posição peculiar para as mulheres, de modo que elas são tanto objeto do contrato como parte contratante, na medida em que tomam parte apenas na “esfera privada” da “sociedade civil”. “O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação” (PATEMAN, 1993, p. 16). Portanto, diferentemente do que pensadores iluministas argumentavam, “a liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal” (Idem, p. 19).

Nesse passo, contudo, é necessário reconhecer que ao menos um daqueles clássicos da sociologia aludidos teve sensibilidade suficiente para elaborar de modo taxativo o “princípio masculino” dessa modernidade, ao denunciar o caráter sexista da nossa objetividade moderna nos seguintes termos inequívocos:

[...a mistura ingênua dos valores masculinos com os valores, propriamente,] é sustentada por relações de poder históricas que se expressam logicamente no fatídico duplo sentido do conceito de “objetivo” [Sachliche]: o objetivo aparece como a ideia puramente neutra, na mesma medida sobre as unilateralidades masculino-feminino; mas o “objetivo” é também a forma especial de realizações que corresponde ao modo de ser especificamente masculino (SIMMEL, 2001, p. 259)

O que Georg Simmel³ reconhece, com uma sensibilidade bastante precoce acerca das desigualdades de gênero constitutivas do moderno, ancora-se em um aspecto central ao pensamento feminista, a saber: a divisão moderna fundamental entre vida pública e vida privada é uma divisão sexista. Conforme afirmaria Seyla Benhabib, essa divisão “serviu para confinar mulheres em esferas de atividade tipicamente femininas, como trabalho doméstico, reprodução, nutrição e cuidado com crianças, doentes e idosos, ao domínio ‘privado’ e mantê-las fora da agenda pública no Estado liberal” (BENHABIB, 1992, p. 108). Dessa maneira, as mulheres também foram mantidas afastadas do pensamento científico, poderíamos acrescentar.

Em tal divisão abissal, de um lado, foi instituído o domínio moral voltado para questões de justiça, cujo palco é a historicidade da esfera pública; de outro, foi estabelecida a esfera privada restrita à questão da vida boa, ou seja, a dimensões não universalizáveis, não passíveis de discussão pública. Ainda conforme Benhabib, “a desistoricização do domínio privado significa que, enquanto o ego masculino celebra sua passagem da natureza para a

³ Não me alongarei nas reflexões do autor, mas, em outro lugar, procurei elaborar um pouco mais demoradamente essa discussão de Simmel acerca do “princípio masculino” da modernidade sob a perspectiva do caráter truncada da reciprocidade que cabe às mulheres em suas interações sociais (SANTOS, 2020).

cultura, do conflito para o consenso, as mulheres permanecem num universo interminável, condenadas a repetir os ciclos da vida” (BENHABIB, 1987, p. 97).

Outra feminista, ainda no início do século XX, também reconhecia o alijamento das mulheres de todas as instituições concebidas sob a égide da razão ocidental moderna. Alice Rühle-Gerstel, ao discorrer acerca das relações entre mulher e capitalismo, argumenta:

As sociedades nas quais os assim chamados povos civilizados vivem são – em relação à questão de gênero – designadas pelo fato de que são sociedades masculinas. Todas as instituições, leis, determinantes, costumes, opiniões públicas são construídas com base no gênero masculino. Nessa sociedade, os homens exercem, exclusiva ou predominantemente, as funções mais importantes e mais influentes (RÜHLE-GERSTEL, 1932/1972, p. 13).

Ou seja, a civilização moderna, como um todo, apoia-se em uma divisão sexista, na qual as mulheres são alocadas “na figura da passividade, do silêncio, da sombra na esfera desvalorizada do privado”, conforme argumenta Margareth Rago (1996/1997), e os homens atuam na construção do discurso público, das normas universais, das leis científicas e das regras jurídicas. Essa divisão sexual do mundo social contribui para configurar modos de ser, de pensar, de agir e de sentir específicos.

Os homens são moldados como sujeitos soberanos e configuram uma identidade supostamente fixa, que é precisamente aquela do indivíduo moderno por excelência, pretensamente idêntico a si mesmo e capaz de uma unidade interna necessária às formulações lógicas, precisas e objetivas do debate científico – tudo isso opera de maneira a contribuir com a separação entre razão e emoção, entre postulados lógicos e postulados sentimentais. Ao passo que a vinculação das mulheres à atmosfera dúbia do mundo privado, do cuidado e dos afetos impede que elas lidem de maneira inequívoca com a separação das esferas vigente na sociedade moderna.

De todo modo, clareza em vez de ambiguidade; unidade no lugar de diferença; objetividade opondo-se à subjetividade são os mecanismos que buscam tingir de neutralidade e universalidade o debate científico. Tendo em vista aquela conformação histórica de homens e mulheres, temos como resultado o fato de que a ciência se configure como território eminentemente masculino.

Porém, o pensamento contemporâneo tem buscado denunciar as falácias da universalidade científica, provocando abalos em concepções basilares da ciência moderna como identidade, normas e cultura. Esse aspecto relaciona-se diretamente ao tema aqui em

pauta, pois o pensamento feminista é precisamente uma das vertentes mais importantes dentre aquelas contestações. Juntamente a outras formas de denúncia do caráter não homogêneo dos postulados científicos, o feminismo contribui para a exigência de autorização de sujeitos de discurso até há pouco silenciados pelas nossas formas de conhecimento. É nesse sentido que podemos falar em uma urgência de que a ciência se dispça da pretensa neutralidade e incorpore os ruídos da subversão, do não-idêntico, da diferença (SANTOS, 2019).

3 O PAPEL DAS *OUTSIDERS WITHIN* NA CIÊNCIA

Ao refletir acerca do pensamento feminista negro, Patrícia Hill Collins argumenta que há uma potencialidade no lugar marginal ao qual as mulheres afro-americanas foram historicamente alocadas: desde esse ponto específico, elas seriam como estrangeiras internas, portanto, estariam capacitadas a observar o mundo de uma perspectiva inacessível aos grupos hegemônicos. Collins mobiliza sua reflexão no sentido de pensar as vantagens que podem ser alocadas à sociologia caso a ciência incorpore essa capacidade do pensamento feminista negro para a compreensão do mundo social:

As mulheres negras não são apenas *outsiders within* na sociologia. Como um caso extremo de *outsiders* que estão adentrando uma comunidade que historicamente as excluía, as experiências das mulheres negras destacam a tensão vivenciada por qualquer grupo de *outsiders* menos poderoso que se defronta com o pensamento paradigmático de uma comunidade mais poderosa de *insiders*. Nesse sentido, uma variedade de indivíduos pode aprender com as experiências das mulheres negras como *outsiders within*: os homens negros, a classe trabalhadora, as mulheres brancas, outras pessoas de cor, minorias religiosas e sexuais e todos os indivíduos que, mesmo tendo vindo de um estrato social que os proveu com benefícios do *insiderism*, nunca se sentiram confortáveis com as suposições deste último consideradas como certas (COLLINS, 2016, p. 122).

A pensadora destaca o pensamento feminista negro como uma forma de provocar abalos e, simultaneamente, desenvolvimento nos paradigmas científicos da sociologia. Certamente, a intersecção entre opressão de gênero, de raça e de classe reforça a marginalidade das mulheres negras e, ao mesmo tempo, a potencialidade para que elas sejam capazes de interpretar o mundo social com base em perspectivas não acessíveis aos grupos tradicionais. Contudo, penso que, ressalvadas as devidas proporções, seria interessante mobilizar a perspectiva presente no conceito de *outsider within* para pensar uma ciência produzida pela perspectiva feminina, em geral. É precisamente essa capacidade de dizer o

mundo de um ponto de vista inacessível aos homens que potencializa a incursão das mulheres nas ciências humanas. O caráter subversivo dessa capacidade consiste no fato de que toda essa ciência, agora mobilizada também pelas mulheres, foi construída sobre bases falocêntricas.

Em analogia à reflexão feita por Collins a respeito das mulheres negras, é possível considerar que, não tendo sido historicamente conformadas de acordo com o padrão de subjetividade e individualidade masculinos, as mulheres atuam no mundo da ciência moderna com base em uma perspectiva pária, ao mesmo tempo, interna e externa. Isso faz com que elas sejam sim capazes de operar conceitos, metodologias e teorias, porém, sempre o fazem questionando a visão parcial masculina que formatou o domínio científico de tal modo a dotá-lo da aparência de universalidade. A resposta prática e sucinta da cientista Shirley Malcolm à questão acerca das relações entre gênero e ciência também aponta nessa direção:

[...] talvez eu deva explicar, tenho 59 anos e, se você pensar como a ciência era em 1963, vai perceber que havia muito poucas mulheres que estavam realmente escolhendo entrar nos estudos científicos e, quanto mais eu avançava, menos pessoas via, e acho que sempre havia a pergunta: “Onde está todo mundo, onde estão as mulheres, onde estão as afro-americanas?” Como mulher descendente de africanos, eu me perguntava onde todas estavam se escondendo. Também comecei a compreender que eu olhava para meus estudos de maneira muito diferente de muitas pessoas à minha volta e, quando percebi isso, comecei a pensar que talvez fizesse diferença quem fazia ciência. E que as questões de como o gênero interage com a ciência, com o que você escolhe estudar, com as prioridades que se colocam em relação à pesquisa, quais representações e modelos são trazidos de fato para o estudo, eu pensava que essas coisas fariam a diferença; elas me impactaram muito, mas não havia nada que eu pudesse fazer. Porque, francamente, até que se esteja legitimado e trabalhando no campo... é muito difícil ser levado a sério quando você está tentando dizer coisas que parecem ir contra a visão tradicional de uma área (RIAL; GROSSI; STEFANELLO LIMA, 2006, p. 697).

O que a cientista afirma é que o sujeito da ciência, a/o cientista, importa nos resultados obtidos. *Quem* concebe a ciência faz diferença no *que* é concebido – a objetividade, embora deva ser mantida como ideal, nunca é plena, conforme já reconhecia Max Weber (1991).

No caso específico das ciências humanas, interpretações feministas vêm escovando a contrapelo ciências como a sociologia, a antropologia, a história, a psicologia e a filosofia, apontando para o sexismo dos postulados disciplinares nelas estabelecidos – vale mencionar que o fazem, inclusive, desconstruindo a fixidez das fronteiras disciplinares.

É nesse sentido, por exemplo, que o postulado clássico a respeito do processo de acumulação capitalista feito por Karl Marx foi reinterpretado por Silvia Federici com a finalidade de indicar como esse aspecto fundamental de surgimento do mundo capitalista moderno atingiu as mulheres e foi por elas atingido (FEDERICI, 2016). Nas palavras da

autora: “A tarefa que *Calibã e a bruxa* se propôs realizar foi a de escrever a história esquecida das ‘mulheres’ e da reprodução na ‘transição’ para o capitalismo” (Idem, p. 12).

Observamos, também, filósofas feministas de diferentes matizes provocando ranhuras na ordem do discurso filosófico, ao indicar que o pensamento não é privilégio exclusivo dos homens e, apenas nesse sentido, pode incorporar a pluralidade própria ao universal – o que é feito reescrevendo os próprios parâmetros constitutivos da filosofia, como a identidade, a metafísica e a linguagem (BENHABIB; BUTLER; CORNELL; FRASER, 2018, DAVIS, 1981).

Há cientistas políticas, como o caso citado de Carole Pateman, que buscam reler o processo de formação da sociedade civil moderna com base na atuação específica das mulheres e de sua condição peculiar, tanto marginal como interna, na constituição do contrato social (PATEMAN, 1993).

Historiadoras feministas também contribuem para o movimento de (re-)narração da história por meio de uma perspectiva que dota de visibilidade e agência as personagens femininas (PERROT, 1992).

A psicanálise feminista, por sua vez, desloca o discurso falocêntrico ao indicar que a mulher consiste no sexo irrepresentável – o que desarticula todo o ideal do sujeito autocentrado construído com base no sexo masculino e desafia a própria linguagem como instrumento uniforme de representação do mundo (IRIGARAY, 1985).

Para além dessas e de tantas outras importantíssimas reelaborações teóricas, na prática cotidiana de investigações empíricas do âmbito das humanidades a necessidade de levar em conta o aspecto gênero vai se tornando constante, mesmo em pesquisas que não tomem essa dimensão como aspecto central. Vale lembrar que, no campo das humanidades, as pesquisadoras brasileiras já constituem a maioria. É certo que há inúmeros constrangimentos às mulheres em sua atuação acadêmica ao adentrarem o universo do discurso público – do qual são sistematicamente alijadas pelas instituições sociais vigentes, a começar pela família e suas formas de educação pautadas na desigualdade de gênero e na heteronormatividade. Porém, sua atuação também pode contribuir para uma paulatina, mesmo que muito lenta e difícil, desconstrução de aspectos estruturais e estruturantes.

Diferentemente do pontuado por Pierre Bourdieu (2012), penso que o pensamento feminista pode efetivamente contribuir para a subversão das conformações históricas de gênero. É certo que as instituições sociais são moldadas pelo “arbitrário cultural” próprio às desigualdades de gênero, inscrevendo-se nos corpos e nas relações sociais como um todo.

Porém, justamente porque é histórica, a fixação das identidades de feminino e masculino pode ser questionada quando o lado dominado dessa relação de forças logra atuar de maneira distinta do padrão identitário que o discurso social lhe atribuiu. É na afirmação de sua diferença, de sua irredutibilidade ao discurso de simultânea coerência e exclusão ao qual foram alocadas que as mulheres podem contribuir para provocar fissuras na linguagem androcêntrica da ciência e apontar para outras formas possíveis de dizer o mundo e suas relações humanas. Obviamente, não se trata de um trabalho fácil, do mesmo modo que não é um processo que se realiza apenas por meio do voluntarismo. De toda forma, a afirmação das identidades dominadas pode operar como contraponto aos padrões instituídos historicamente. Mesmo porque, como feministas de variadas matizes teóricas argumentam, a identidade das mulheres nunca pode ser reduzida aos padrões normativos da linguagem científica masculina (GAGNEBIN, 2005; BUTLER, 2003; IGARAY, 1985).

Nesse sentido, embora persistam diversas dimensões das desigualdades de gênero tanto no pensamento teórico, como em aspectos mais institucionais e práticos, ligados à distribuição ainda extremamente desigual de homens e mulheres nas hierarquias acadêmicas, os postulados desenvolvidos pelo pensamento feminista atuam no sentido de questionar, irrevogavelmente, o ideal de universalidade e neutralidade científica. Ao fazê-lo, não operam propriamente um ataque à razão de fora da razão.

O pensamento feminista não consiste na afirmação da irracionalidade. Diferentemente do que o discurso científico muitas vezes fez pensar, as mulheres não estão conectadas, essencialmente, à natureza enquanto os homens seriam os senhores da cultura, da razão e da lógica. Destarte, também é de dentro da razão que elas falam, mas agora, reconhecendo os limites e aporias da racionalidade ocidental, justamente porque se trata de uma voz oriunda do polo dominado dessa razão com pretensões de universalidade. Nesse sentido, ao mobilizar a razão contra os seus impulsos autodestrutivos (dentre os quais, a dominação masculina ocupa um dos lugares de destaque), o pensamento feminista contribui para a “reflexão sobre o momento regressivo” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 13) inerente ao esclarecimento.

Por isso, o que as mulheres cientistas fazem, seja no campo específico das humanidades, seja no caso das ciências exatas e da vida, interessa à sociedade como um todo. Assim como outras pessoas marginalizadas da produção social de conhecimento e discurso, sua atuação contribui para abalar as formas de dominação incorporadas à linguagem científica e, posteriormente, dissimuladas sob o manto da neutralidade. Nesse processo, aos poucos,

outras linguagens de conhecimento podem ser construídas, contribuindo para reinserir no horizonte utópico de nossas sociedades práticas mais plurais e emancipatórias.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Tradução: Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (org). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

BENHABIB, Seyla; BUTLER, Judith; CORNELL, Drucilla; FRASER, Nancy. **Debates feministas. Um intercâmbio filosófico**. Trad. de Fernanda Veríssimo, São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BENHABIB, Seyla. **Situating the Self: gender, community and postmodernism in contemporary ethics**. New York: Routledge, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena. Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e estado**. Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr., 2016.

COHN, Gabriel. Esclarecimento e ofuscação: Adorno & Horkheimer hoje. **Lua Nova**, São Paulo, n. 43, p. 5-24, 1998.

DAVIS, Angela. **Women, race and class**. New York: Random House, 1981.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. “As flautistas, as parteiras e as guerreiras”. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 2005, p. 37-43.

IRIGARAY, LUCE. **This Sex Which Is Not One**. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michele. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RAGO, Margareth. **Adeus ao feminismo?** Feminismo e pós-Modernidade no Brasil. Cadernos do Arquivo Edgar Leuenroth, v. 3, n. 3, 1996/1997, p. 11-43.

RIAL, Carmen Silvia; GROSSI, Miriam Pillar; STEFANELLO LIMA, Betina. Gênero e ciência: entrevista com Shirley Malcolm. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 695-708, set./dez., 2006.

RÜHLE-GERSTEL, Alice. **Die Frau und der Kapitalismus** [A mulher e o capitalismo] [1932]. Frankfurt: Neue Kritik, 1972.

SANTOS, Patrícia da Silva. Feminismo, filosofia e teoria social: mulheres em debate. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 3, 2019.

SANTOS, Patrícia da Silva. Figuras párias em Georg Simmel: a mulher, o pobre, o estrangeiro. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Rio Grande do Sul, v. 20, 2020.

SIMMEL, Georg. “Weibliche Kultur” [Cultura feminina] [1911], in **Philosophische Kultur**. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 2001.

WEBER, Max. “A objetividade do conhecimento”, in WEBER, Max. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1991, p. 79-127.